

Data e Local: 12 de Março de 2021, às 09h30min, por Webconferência.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: **Bruno E. N. Januzzi**, Especialista em Regulação Posto Avançado da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); **Capitão Tenente Vinicius Abrantes Perdizio**, Marinha do Brasil, Delegacia Capitania dos Portos em Laguna, **Rosivaldo da Silva Junior**, Prefeito da Cidade; **Simone de Azevedo**, Arquiteta e Urbanista, **Eduardo Nunes**, Engenheiro Civil, da Prefeitura Municipal de Imbituba; **Luis Mário Novochadlo**, Diretor de Operações da Ferrovia Tereza Cristina (FTC); **Carlos Magno dos Santos**, Diretor da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPar; **Fabio dos Santos Riera**, Diretor-Presidente, **Fabricio dos Santos Debortoli**, Diretor Administrativo e Financeiro, **Aristeu Cavalca**, Gerente de Operações; **Camila Kuminek de Amorim**, Gerente de SSMA; **Thiago Freitas Pollachini**, Gerente de T.I; **Rui Roberti**, Gerente Comercial; **Cleydson dos Santos Silva**, Assessor de Diretoria; **Géssica da Silva**, Analista de Comunicação Social; **Luis Fernando Clasen**, Analista Portuário - Engenheiro Mecânico; **Clayton Hugo Cipriano**, Técnico de operação Logística; **Amanda Cristhie Trummer da Silva** e **Murilo da Silva de Medeiros**, Assistentes Portuário; **Ana Carolina Marques Nascimento**, Estagiária da SCPar Porto de Imbituba S.A. **Mariana de Souza**, **Julia Mendes Salvador**, **Eduarda Gonçalves Andrade**, Secretárias Executiva de Gabinete, Empresa Triângulo.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a **Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck**, presidente do CAP, cumprimentou os Conselheiros e Convidados presentes e iniciou a reunião.

2. APROVAÇÃO DA ATA RO 03/2021:

Em seguida, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 03/2021. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeções e será assinada pelos conselheiros presentes na próxima reunião presencial.

3. INFORMAÇÃO SOBRE MEMBROS DO CONSELHO:

Adiante, a **Sra. Rita** registrou a posse da Sra. Cristiane Pacheco Domingos na função de conselheira suplente da Receita Federal, bem como a primeira participação em reunião do CAP do Diretor Fabrício. Ato contínuo, informou que as publicações no DOU das indicações do Porto e da Prefeitura irão acontecer nas próximas semanas. Também orientou que sejam formalizadas indicação do segundo titular e suplente por parte da FNP, bem como as substituições dos suplentes indicados pela Marinha do Brasil e pelo Estado.

4. APRESENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE:

Inicialmente o **Prefeito Rosivaldo**, relatou que por motivos da legislação eleitoral afastou-se deste conselho, tendo recentemente solicitado o retorno a sua função. Ato contínuo, apresentou os dois colaboradores da Prefeitura que atuam com o Plano de Diretor da cidade: a Sra. Simone, arquiteta e urbanista, e o Sr. Eduardo, engenheiro civil.

Na sequência, contextualizou que o processo de revisão do Plano de Diretor iniciou-se há dois anos, não tendo sido finalizado, pois devido a pandemia do COVID-19 os trabalhos tiveram que ser interrompidos. No momento atual, tem-se buscado retomar as atividades, considerando que a intenção é finalizar o trabalho num prazo de um ano, cogita-se a possibilidade de licitar serviços especializados para auxiliar na conclusão dos trabalhos.

Neste contexto, o Prefeito afirmou que trazer as discussões para o CAP é muito importante, pois este fórum pode sugerir alterações e apresentar propostas com a intenção de minimizar os aspectos negativos da interação de Porto e Cidade. Finalizando sua fala, expôs que a

comissão do Porto e a comissão de revisão do plano diretor precisam estar alinhadas para que se possa integrar as ações e serem capazes de construir um Plano de Diretor bom e sustentável.

Com a palavra a **Sra. Simone** informou que o Plano Diretor vigente foi publicado em 2005, tendo ao longo do tempo passado por algumas revisões pontuais. No momento configura-se como objeto de trabalho de comissão cujos trabalhos são regidos pelo estatuto da cidade, o qual prevê a periodicidade das revisões do Plano Diretor (a cada dez anos) e a forma (com participação com a sociedade civil).

Ato contínuo, a **Sra. Simone** elencou as etapas da revisão: (1) visita aos municípios vizinhos; (2) estudos e planejamento; (3) elaboração de cronograma; (4) oficinas participativas junto a comunidade para tratar sobre os pontos negativos e positivos em relação aos indicadores: mobilidade urbana, cultura, turismo, saúde, zoneamento e índices urbanísticos, etc.; (5) Prognóstico, através das informações obtidas das oficinas é possível compilar os resultados e gerar um relatório; (6) Validação, tem por objetivo obter sugestões de melhoramento ou aprovação, e a partir do relatório é realizado um projeto de lei com relação às informações adquiridas, para validar junto a sociedade civil. Neste sentido, os trabalhos avançaram até o item 5.

Na sequência, o **Conselheiro Fernando** questionou se em algum momento a Autoridade Portuária foi consultada, e se o documento está condizente com os projetos de desenvolvimento do Porto. Em resposta, a **Sra. Simone** contextualizou que no início do ano de 2020 foi realizada uma reunião com alguns colaboradores do Porto. No entanto, devido a pandemia, ainda não foi finalizada a minuta da proposta de atualização do Plano Diretor, sendo assim, não é possível fazer juízo de valor sobre a convergência do planejamento.

Neste sentido, a **Sra. Rita** sugeriu criar uma comissão de trabalho do Porto, para que juntamente com a prefeitura a discussão possa ser retomada com intuito de conhecer mais detalhes do cronograma e das futuras etapas.

Adiante, o **Sr. Rosivaldo** relatou que criou uma diretoria específica para melhorar a relação Porto/Cidade, sendo assim o responsável por tal área poderá solicitar indicados da SCPAR, portuários, e operadores para que possam se reunir com a comissão do município e esclarecer as dúvidas existentes.

Logo em seguida, **Sr. Thiago** comentou sobre fluxo das vias e projeto da portaria 4.

Adiante, a **Secretária Marlei** confirmou que participou de reunião supracitada pela Simone, na qual, foram apresentados questionamentos com base nas informações do plano diretor vigente. Neste sentido, informou que nem todas as ações listadas do documento de 2005 relacionadas à atividade portuária são de responsabilidade do Porto. Também esclareceu que, após tal reunião, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto foi aprovado, sendo assim, sugeriu que as iniciativas do Plano Diretor estejam alinhadas com os planos do Porto (Plano Mestre, PDZ e Planejamento Estratégico Integrado - PEIN).

Ato contínuo, **Sra. Simone** orientou que os planos do Porto podem ser compartilhados com a comissão de revisão do Plano Diretor por meio do protocolo *online*.

Por fim, a **Presidente do CAP** orientou que o Presidente do Porto conduza o assunto internamente ao longo das próximas semanas e acione este colegiado, caso necessário.

O **Sr. Rosivaldo** justificou sua ausência em alguns momentos da reunião e orientou que a equipe de engenharia da prefeitura permaneça acompanhando as discussões, pois o local onde pretende-se realizar a obra da portaria 4 sofre com alagamentos, sendo assim, tal obra pode ajudar ou agravar o problema de drenagem da região.

5. PROJETO DE INTERVENÇÃO VIÁRIA E PORTARIA 4 - ESTUDO VIÁRIO:

Inicialmente o **Diretor-Presidente** informou que para tratar sobre o projeto de intervenção viária, reuniram-se, no dia 10 de março, uma equipe de colaboradores do Porto, com a presença do Prefeito, representantes da Santos Brasil, ILP e mais dois proprietários do terreno

que é tangente e anexo a ICC onde possivelmente será a saída do *gate* 4. Após tal encontro, o projeto foi enviado para apreciação por parte da engenharia da prefeitura e dos proprietários do terreno. Quanto ao *layout*, relatou que este deve ser corrigido levando em consideração a necessidade de deslocar o *gate* dentro da poligonal do Porto.

Na sequência, incluindo novo assunto na pauta do encontro, o **Diretor-Presidente** apresentou em tela as imagens e discorreu sobre a situação da “casa de hóspedes”, conhecida assim por ter sido utilizada pelos engenheiros que realizavam serviços no Porto.

Ato contínuo, o **Sr. Riera** pontuou que: (1) trata-se de construção essa bem antiga, devido a falta de conservação pode apresentar riscos de desabamento; (2) a princípio tem valor cultural, mas não está tombada; (3) o plano diretor prevê apenas transformá-la em ambiente de cunho social; (4) a princípio, foi previsto a demolição; (5) a reforma para manter a arquitetura original é de aproximadamente um milhão de reais, (6) ainda não existe projeto para fazer a recuperação do ambiente, pois o arquiteto da autoridade portuária está afastado, estuda-se a possibilidade realizar processo seletivo temporário de arquiteto para andamento ao assunto.

Na sequência os **Srs. Elivelton, Thiago e Claydson** rememoram as discussões que ocorreram em momentos anteriores, as quais dizem respeito à possibilidade de ceder o espaço para a Polícia Militar (PM). Na ótica da relação Porto e Cidade, manter o batalhão próximo ao Porto demonstraria segurança, além disso, a manutenção da infraestrutura não teria custos adicionais, uma vez que estaria cedido a tal órgão. O **Sr. Elivelton** solicitou a Diretoria da empresa para que avaliasse se ainda é possível executar esta obra com o objeto arquitetônico já avançado, bem como questionar a Polícia Militar se os mesmos ainda mantêm tal interesse.

Tomando a palavra, o **Sr. Eduardo** fez duas ponderações (1) confirmou que houve interesse por parte da Polícia Militar em se instalar no local; (2) sobre o *gate* 4 relatou que anteriormente ocorreu a discussão da duplicação do acesso norte.

Quanto à destinação da casa de hóspedes, o **Prefeito** relatou que, se houver interesse de ambas as partes envolvidas, a situação deve ser tratada com certa urgência pois há tratativas de destinação de uma outra área para a PM usufruir.

O **Conselheiro Lito** expôs sua preocupação sobre a destinação de áreas portuárias para outras atividades visto que o Porto tem perspectivas de crescimento, sendo assim, sugere desenvolver-se um trabalho mais macro em termos de planejamento e utilização dessa área para fins operacionais.

6. COMPARATIVO MOVIMENTAÇÃO PORTO DE IMBITUBA E PORTOS VIZINHOS:

Inicialmente o **Sr. Luis** agradeceu a oportunidade e apresentou em tela informações obtidas do anuário da ANTAQ. Ato contínuo, tratou sobre a movimentação entre os anos 2010 a 2020 do Porto de Imbituba comparado com os demais Portos do Sul do Brasil, de forma geral mencionou as cargas predominantes operadas no Brasil no ano de 2020 sendo: (1) Minério de ferro; (2) Combustível; (3) Produtos agrícolas; (4) Contêineres; (5) Produto Industrial; (6) Produto Mineral; (7) Carvão.

Em sequência apresentou a movimentação de cargas em geral dos Portos de PR, SC e RS, na qual Paranaguá é o maior Porto e apresentou 56,2 Mi enquanto o Porto Imbituba 5,9 Mi, sendo grande parte das operações através do modo Longo curso, apresentou também a movimentação de cada tipo de carga com relação aos Portos onde no ano de 2020 a carga mais movimentada foi o contêineres com 10,2 Mi no Porto de Paranaguá (PR).

Relatou que no ano de 2020 Imbituba foi o único Porto que movimentou Carvão Mineral no Sul do Brasil sendo 136,7 Mi, e também que domina o transporte de carvão coque 1,0 Mi, menciona que o início da movimentação de 0,8 Mi de Minério de ferro também fez a diferença durante o ano passado. Sobre as atracções, apesar de Paranaguá possuir maior volume

de movimentação atraca menos navios que o Porto de Rio Grande, e Imbituba continua sendo o Porto com o menor índice de atracação desde 2015.

Por fim, após comentar sobre os dados de atracação, tempo de operação e desatracação, o **Sr. Luiz** se colocou à disposição para esclarecer dúvidas.

O **Sr. Elivelton** destacou o exponencial crescimento da movimentação portuária, desde a assunção da gestão pelo Governo do Estado de Santa Catarina, relatando ainda o crescimento da produtividade operacional nos últimos 3 (três) anos.

O **Diretor-Presidente** parabenizou pela apresentação e informou que junto com o Setor de operações irá buscar organizar indicadores específicos por período da produtividade do Porto.

7. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA:

A **Sra. Camila** apresentou em tela imagens de ações realizadas no Porto de Imbituba para enfrentamento da pandemia, discorreu de forma breve as medidas tomadas pela Autoridade Portuária sendo: (1) barreiras sanitárias com o apoio da prefeitura; (2) Técnicos de enfermagem tanto nas Portarias quanto no cais informando as medidas de prevenção; (3) disponibilização de totens de álcool em gel; (4) cartazes informativos; (5) vacinação em massa da gripe H1N1; (6) limpeza das casas de convivência; (7) reunião com as transportadoras informando a obrigatoriedade do uso de máscaras; (8) instalação de pias externas nas casas de conveniência. Adiante, também mencionou sobre o fluxograma que é utilizado pela SCPAR como ferramenta de controle para fazer o monitoramento dos colaboradores, e também para informar aos interessados o que fazer em caso de sintomas ou contato com caso suspeito/positivo.

Na sequência, a **Gerente de SSMA** apresentou o número de casos de COVID-19 na área portuária em fevereiro e março 2021, foram 98 afastamentos de trabalhadores apenas neste ano, representando quase que o total de afastamentos que ocorreram durante todo o ano de 2020, média essa que representa em torno de 10% do total de trabalhadores. Em razão disso, foram pensadas novas ações de conscientização: (1) distribuição de folhetos para reforçar o uso de máscara e o distanciamento; (2) reativado o grupo gabinete de crise do covid-19 para discussão de medidas de enfrentamento com os operadores; (3) demandado a contratação de mais 2 técnicos de enfermagem; (4) implementado a “Parada operacional” que ocorreu no dia 11/03 no cais 1 e 2 tendo como foco informações sobre o covid-19 e o reforço nas medidas de prevenção.

Sobre a vacinação, a **Sra. Camila** afirmou que, infelizmente, ainda não há calendário definido, pois não existe a possibilidade de compra de vacinas por parte da instituição privada, mas assim que for liberado pelo Governo Federal e Estadual a Autoridade Portuária estará realizando a compra e disponibilizando para os colaboradores.

8. ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS TRATADOS EM REUNIÕES ANTERIORES:

Finalizado os itens com pauta específica, os presentes trataram a evolução dos temas abordados em reuniões anteriores, a saber:

8.1 STATUS DO PROJETO DE BALIZAMENTO:

A **Sra. Camila Amorim** informou que foi aprovado pela Marinha o projeto de balizamento elaborado pela equipe técnica da SCPAR Porto de Imbituba. Nos termos do projeto aprovado, as boias amarelas que são sinais especiais localizados bacia de evolução devem virar sinais laterais, ou seja, devem ser vermelhos. Sendo assim, deve ser realizado o reposicionamento de uma boia no canal de acesso e a pintura dos sinais laterais da bacia de evolução para a encarnada. Após a realização dessas adequações a Marinha do Brasil, através da Delegacia d e Laguna será avisada e deve vir ao Porto de Imbituba fazer a vistoria.

8.2 STATUS IGAP (Índice de Gestão Autoridade Portuária):

O **Sr. Rui** relatou que o pedido de delegação de todas as competências com base no Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP) encontra-se aguardando duas informações. Assim que a Autoridade Portuária finalizar os dois relatórios circunstanciados faltantes dos

contratos de arrendamento e recepcionar o ofício da ANTAQ tratando sobre cumprimento das notificações, ela terá as condições de apresentar ao MINFRA todos os documentos demandados e a partir disso assinar o convênio.

O **Sr. Bruno** informou que está fazendo a minuta do relatório da ANTAQ, no momento, aguarda a finalização de duas notificações, sendo assim, a expectativa é enviar tal minuta para Brasília na próxima semana, a qual, posteriormente, retornará para a Autoridade Portuária.

8.3 STATUS PROCESSO SIMPLIFICADO DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO (TGL):

Tratando sobre o TGL, o **Sr. Rui** informou que o processo foi distribuído para a análise da diretoria da ANTAQ, a tramitação anterior trouxe o retorno que se esperava, pois permite a assinatura do contrato com a empresa que se consagrou vencedora do PSS. Dentro do escopo dos trabalhos, tal tema também está sendo aprovado pelo órgão concedente. Sendo assim, o modelo adotado no caso do TGL é um marco regulatório bastante sólido e robusto com toda a segurança que o mercado e a própria autoridade portuária precisam nesse intuito de gerir o Porto.

Via *Chat* o **Sr. Cleudson** informou que o TGL está aprovado internamente, na qual vai haver a resolução autorizando a assinatura. E sobre o EVTEA este também está aprovado internamente.

8.4 CAIS 3:

Tomando a palavra, o **Sr. Fábio** relatou que o Projeto Básico realizado pela empresa contratada foi finalizado e entregue para análise da comissão especial de licitação, a intenção é realizar a conferência dos valores estimativos, de 90 a 100 milhões, para posteriormente realizar a licitação para contratação da execução do projeto com o objetivo de iniciar a obra em maio.

Sobre os *Dolphins*, o **Diretor-Presidente** pontuou que estes irão possibilitar a atracação de navio de xxx metros, considerando o aprofundamento do berço para receber navios com calado de 13, igualando-o à capacidade dos berços 1 e 2.

Adiante, a **Sra. Rita** rememorou sobre a visita que realizou no Porto no mês de fevereiro, na qual foi comentado sobre a possibilidade de se utilizar a parte de traz do berço 1 para atracação de navios, podendo ser viabilizada com a dragagem.

Neste sentido, o **Diretor-Presidente** informou que houve reunião para tratar sobre o assunto, de acordo com o projetista da Santos Brasil, existe uma rocha no início do cais 1, então a dragagem em si não ampliaria o berço. Naquela oportunidade também entrou em pauta a utilização do dorso do berço 2, onde já realizou o pedido de simulação de manobra para ver o tamanho do maior navio que poderia ser atracado.

Finalizadas as discussões, a **Sra. Rita** demandou que tal assunto seja incluído no item de assuntos debatidos em reuniões anteriores para acompanhamento da sua evolução.

8.5 AÇÕES SOBRE GATES E BALANÇAS:

Em relação ao assunto, o **Sr. Thiago** apresentou em tela o processo em que foi enumerado todos os atos, e após mencionou sobre os *status* das ações, a saber: (1) 3º gate da portaria 2, Processo de compra de guarita de fibra (provisória), e o projeto de construção de guarita está em andamento; (2) sistema aduaneiro, foi atualizado, pregão foi no dia realizado no dia 26/02/2021, e aguarda-se assinatura de contrato; (3) Web triagem, está aguardando o item 2.

Na sequência, o **Sr. Luis Clasen** informou sobre a (4) 3ª na pista da VP2, Pórticos instalados, placas fabricadas e suporte adaptado para pórtico e semipórtico, e está pendente a instalação das placas; **Sr. Aristeu** comentou que (5) o complemento da 3ª pista da VP2 até as balanças está para ser iniciado.

Logo em seguida, **Sr. Thiago** complementou informando que o assunto “Triagem externa própria”, encontra-se em estudo no GT de TI, com equipe de operação. Por fim, afirmou que nas próximas semanas será realizada a entrega do novo site para o Porto, moderno e com tecnologia nova.

9. ASSUNTOS GERAIS:

Na oportunidade, a **Presidente do CAP** relatou que recebeu como sugestão de pauta o tema desestatização. Ato contínuo, afirmou acreditar não ter novidades sobre o assunto além da formação do comitê que já havia sido anunciado na última reunião do CAP. Sendo assim, passou a palavra para o Sr. Rui.

Neste sentido, o **Sr. Rui** contextualizou sobre a formação do comitê de apoio ao processo de desestatização do Porto, a qual está devidamente publicado no diário oficial do estado. Ato contínuo, relatou que recentemente houve a formalização do processo junto ao MINFRA.

Após o questionamento do **Conselheiro Fernando** sobre a realização de estudo para comprovar a não necessidade de privatizar o Porto, o **Sr. Cleydson** informou que o comitê criado tem um viés distinto do questionado, tem o intuito de alinhar: (1) os pensamentos e ideias latentes da autoridade portuária, (2) os estudos que serão estruturados através da contratação da EPL e terão foco na realização da desestatização.

O **Sr. Cleydson**, de forma breve, discorreu sobre o modelo landlord de exploração dos portos e bem como suas três especificidades. Ato contínuo, afirmou que é possível o estudo por parte dos colaboradores ou outras instituições visando defender a não desestatização.

Na oportunidade o **Sr. Elivelton** registrou sua insatisfação pela forma de condução deste processo, uma vez que sequer foi realizado um diálogo prévio com o CAP, CONSAD e a comunidade portuária. Neste sentido, solicitou para que se respeite a voz de quem realmente sustenta e faz este porto acontecer (Trabalhadores, Arrendatários e Operadores) e que mantenha um diálogo transparente com este conselho sobre o andamento destas ações. Por fim, reiterou que o porto é um órgão do Estado e não de um governo, e que causou surpresa a forma irresponsável de uma decisão tão importante, sem qualquer estudo prévio, o que demonstra ser mais uma decisão por viés ideológico do que coerente com as melhores práticas mundiais. Seguiu informando que a comissão formada para debater o assunto não tem capacidade técnica para conduzir um processo tão relevante, registrando ainda que a frase de Thomas Sewell "É difícil imaginar uma maneira mais perigosa de tomar decisões do que deixa-las nas mãos de pessoas que não pagam o preço por estarem erradas."

A **Sra. Rita** informou que apesar do conselho não ser deliberativo o assunto será tratado através deste conselho, e também deve ser tratado no CONSAD pois as decisões possuem efeito deliberativo.

O **Sr. Gilberto** relatou que o assunto foi abordado pelo estado sem saber as maneiras de se fazer, ficando claro até o momento que em 2012 quando o Estado assumiu a delegação este não fazia ideia de como administrar um Porto. Relatou ainda que desde o anúncio da privatização pelo Governo do Estado muitos investimentos estão sendo adiados e as cargas estão deixando de vir por não saber o que o Estado quer fazer com o Porto e solicita então transparência nesse processo.

O **Conselheiro Lito** ponderou que o processo deveria ter começado de outra maneira, e deve ser trabalhado com o auxílio de todos os interessados, na qual todos possuem a expectativa de que o Porto permaneça no processo de desenvolvimento que vem ocorrendo ano após ano. Relata sobre a época de delegação da Companhia Docas na qual deixou um legado interessante, onde os contratos vigente atualmente ocorreram durante a gestão anterior. Comenta também que o processo de desestatização, concorda que essa situação já deveria ter sido discutida, onde de tal forma todos serão atingidos, e agora é o momento ideal para começar discutir o assunto, menciona também que o Porto participa de um mercado competitivo.

Em sequência o **Sr. Elivelton** expõe que infelizmente o CAP não é mais um órgão deliberativo, pois o mesmo entende que os envolvidos são quem na prática sustentam o próprio

Porto e menciona que é importante ouvir de forma transparente todos os envolvidos no processo, como município, empresários e operadores, e levar em consideração suas intenções.

Na sequência, o Sr. **Cleydson** relatou que o diálogo é muito importante, e a comissão é justamente para isso, objetiva manter o contato entre os envolvidos para que o processo de desenvolvimento aplique e evolua para o melhor cenário possível, e também para que o assunto não se torne público apenas quando for a fase das audiências públicas.

A **Presidente do CAP** informou que no caso da CODESA houve diversas audiências públicas para alinhar os assuntos e fazer as modificações de acordo com as contribuições, relatou que a função do comitê é apoio ao processo de desestatização.

O Sr. **Lito** faz sua colocação em relação a CODESA, informando que o modelo foi construído a partir de um esboço, na qual através do mesmo pode-se retirar algumas alternativas como a relação da autoridade portuária também exercer as funções de operação.

O **Conselheiro Fernando** expôs que o início da discussão começou errado, pois os envolvidos não foram consultados, por fim questionou se o governo do estado pode tomar a decisão de desestatização ou compete devolver a delegação para o governo federal, para o mesmo tratar do processo.

Em sequência, a **Presidente Rita** informou que não há definição do modelo único, cada Porto que está neste processo recebe um formato diferente e que acha pertinente trazer as discussões para o CAP. Por fim, sugeriu convidar o diretor da SNPTA, Sr. Fábio Lavor, para participar da próxima reunião do CAP com o objetivo de responder os diferentes questionamentos sobre este assunto. Ainda, informou que o comitê foi criado para conduzir a desestatização, o que não impede que outras entidades construam estudos e apresentem seu contraponto.

Com a palavra o Sr. **Joel** se manifestou na condição de representante do governo do estado informando que todos os Portos públicos sofrem em competitividade com concorrentes mundiais, então a União já tem falado da desestatização dos Portos desde o início da gestão atual, na qual para se tornarem ágeis precisa haver mudança de delegação para simplificar a questão de legislação.

Por fim, a Sra. **Rita** relatou que o processo é longo, e está em fase inicial, uma vez que ainda não há estudo contratado e encaminhado.

ENCERRAMENTO

Não havendo mais manifestações, a **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. A secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	Titular
Sônia Pires Inácio	Titular
Cristiane Pacheco Domingos	Suplente
Joel Alves	Titular

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Jair Dias Santana	Titular
Gilberto Barreto da Costa Pereira	Titular
Daniel Luís Alves	Suplente
Antonio Carlos Bandeira Guimarães	Titular



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021

Rafael Luiz Pereira	Suplente
---------------------	----------

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Fernando Farias	Titular
Elivelton Luiz Dore	Suplente

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária
------------------	------------